

JORGE EMANOEL OLIVEIRA NASCIMENTO

**DESIGUALDADES RACIAIS NO MERCADO
DE TRABALHO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE SALVADOR**

SALVADOR

1995

JORGE EMANOEL OLIVEIRA NASCIMENTO

**DESIGUALDADES RACIAIS NO MERCADO DE TRABALHO
DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR**

Salvador

1995

JORGE EMANOEL OLIVEIRA NASCIMENTO

**DESIGUALDADES RACIAIS DO MERCADO DE TRABALHO
DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR**

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título de graduação em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal da Bahia, sob a orientação da professora **Rejane Lima Cerqueira**.

Salvador

1995.

SUMÁRIO

| | | |
|-------|--|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 05 |
| 2 | CRISE DO CAPITALISMO BRASILEIRO | 06 |
| 3 | DÊSIGUALDADES RACIAIS X MERCADO DE TRABALHO | 10 |
| 3.1 | INÍCIO DE UM QUESTIONAMENTO | 10 |
| 3.2 | UMA ABORDAGEM CONCEITUAL | 12 |
| 4 | MERCADO DE TRABALHO: UMA BREVE DISCUSSÃO | 15 |
| 4.1 | O PROCESSO CAPITALISTA BRASILEIRO | 18 |
| 4.2 | BAHIA: UM MERCADO HISTORICAMENTE DESIGUAL | 22 |
| 4.3 | ANALISANDO OS DADOS | 26 |
| 4.3.1 | Taxa de participação na PEA segundo a idade | 28 |
| 4.3.2 | Participação na PEA segundo anos de estudo | 29 |
| 4.3.3 | A composição do mercado de trabalho | 31 |
| 4.3.4 | Rendimento segundo cor | 33 |
| 5 | A REGIÃO METROP. DE SALVADOR EM DISCUSSÃO | 35 |
| 5.1 | DESEMPREGO E SUBEMPREGO NA RMS | 38 |
| 5.2 | DÉCADA DE 80: PERDIDA PARA QUEM? | 40 |
| 5.3 | SUBSETORES DOS NÍVEIS ECONÔMICOS SEGUNDO A COR | 42 |
| 5.4 | ATIVIDADES PRINCIPAIS SEGUNDO A COR | 44 |
| 6 | CONCLUSÃO | 43 |
| | BIBLIOGRAFIA | |
| | ANEXOS | |

1 INTRODUÇÃO:

A dinâmica do mercado de trabalho brasileiro à muito vem sendo estudada. Contudo, o entendimento da inserção dos negros na estrutura produtiva é algo pouco explorado no mundo acadêmico, visto que o processo de integração dos negros se deu de forma tardia no mercado de trabalho formal.

Ainda, não se tem registro de estudos preocupados em entender como se constroem os lugares econômicos dos diversos grupos étnicos que compõem a estrutura ocupacional brasileira. Ou mesmo ainda, até que ponto a processo de modernização da estrutura produtiva, promoveu um substancial avanço nas questões racial, do ponto de vista do mercado de trabalho formal.

Sobre esta ótica é que passaremos a estudar a Região Metropolitana de Salvador (RMS); dado a sua singularidade, que permite traçar várias considerações a cerca do mercado de trabalho - posto que a Bahia em especial Salvador é representada como a capital mais negra do Brasil. Em decorrência desta colocação, temos que a RMS, além de negra também é pobre. Visto que nos últimos anos, foram registrados elevados índices de desemprego e subemprego. Concomitantemente, são os elevados índices de pobreza, numa das metrópoles que mais se beneficiou com o crescimento industrial brasileiro.

Esta última particularidade, é que nos encaminhou a tentar entender o processo de inclusão e mesmo de exclusão dos grupos étnicos na RMS.

2 A CRISE DO CAPITALISMO BRASILEIRO

Os processos de interdependência dos sistemas econômicos, tornaram-se anacrônicos nos últimos decênios para poder entender as mudanças históricas que passamos. Diversificaram-se os modelos econômico havendo desta forma, um avanço espetacular nas técnicas de manipulação de dados.

Essa pouca transparência do acontecer que nos envolve é resultante da aceleração do tempo histórico, reflete hoje mais do que nunca nas mudanças do peso relativo de outros; os sistemas econômicos nacionais com relativa autonomia, submetidos a choques externos apenas ocasionais são coisas do passado.

Os mercados fundamentais - de tecnologia, serviços financeiros, de meios de comunicação, de produtos de qualidades e mesmo de bens de consumo geral, sem mencionar as matérias-primas tradicionais - operam hoje unificando ou marchando rapidamente para a globalização.

Para o Brasil, esta discussão é profundamente delicada. Devido ao fato desta apresentar-se de forma "conjuturalista", isto por assim dizer, acaba não deixando que entendamos a crise do ponto de vista mundial. Entretanto, evidencia-se a cada instante, que a saída da crise necessariamente passa pelo desenvolvimento econômico e social do futuro.

De uma forma concreta, entendemos que o processo de industrialização brasileira ainda é algo muito recente, podemos observar que, este processo foi a gênese de todo o

desenvolvimento da economia urbana e industrial, por sua vez é algo complexo e integrado, sendo este dinamizado a partir do pós-guerra. Contudo, seus rebatimentos serão cada vez mais percebidos na forma excludente e desigual.

A partir dos anos 80, a economia brasileira torna-se cada vez mais internacionalizada, limitada pela exclusão e concentração de renda, tendendo assim, a uma perda no percurso do crescimento e na expansão do PIB per capita, que fora conseguido desde os anos imediatos ao fim da segunda grande guerra.

A forma complacente como fora tratado os credores internacionais na década de oitenta, não deixou que se registrassem mudanças de caráter estruturais. Isto porque o receituário seguido era de pagar a dívida externa para promover um ajuste recessivo.

Tal situação, promoveu uma estagnação tecnológica, pondo em jogo partes substanciais da estrutura industrial do País.

Houve uma sucessão de planos - tanto heterodoxo como ortodoxos, que sempre contemplavam um lado da estrutura da sociedade, ou seja, a uma elite - politico-econômica ou até mesmo social. Isto porque os grupos que aplicavam os planos econômicos, não conseguiam um novo modelo desenvolvimentista para o País. Dando como causa imediato a constantes elevações nas taxas de inflação.

O prolongamento da crise econômica dos anos 80 é sentido até os dias atuais. Sendo esta, uma crise de esgotamento excludente que assume precedentes de incapacitação a dinâmica econômica internacional. De uma forma pessimista, acredito que

7

soluções imediatistas, não vão redimir os erros que passam a sociedade brasileira no longo período de sua história.

É necessário que se faça uma reordenação dos parâmetros de produção, acúmulo e consumo. Somente a partir desse momento, é que passaremos a acreditar numa estrutura capaz de dar condições de funcionamento do Estado. Dando uma nova leitura aos padrões de financiamento interno e externo da economia, alterando as normas de progresso técnico, de modo a forçar descentralização da renda e modificação das relações de trabalho.

Um dos problemas históricos pelos quais o Brasil tem se deparado, refere-se ao trabalho - sendo que este problema passa por dois momentos bem distintos; um primeiro é de ordem presente e um outro é de ordem futura.

De ordem presente identificamos como por exemplo a exclusão social, a concentração de renda e das propriedades rural e urbana; a heterogeneidade do mercado de trabalho e a constante elevação no nível de subemprego e de baixas salariais, ausência de contrato coletivo de trabalho; sindicatos relativamente poucos organizados no interior da fábrica e com propostas ainda reativas; centrais sindicais combativas mas ainda recentes e com poucas oportunidades de negociação; e um empresariado acostumado a não negociar com a classe trabalhadora.

De ordem futura, encontram-se todas as consequências das mudanças de cunho financeiro, produtivo e tecnológico. Os rebatimentos no mundo do trabalho sobre os países centrais, mesmo aqueles que rejeitaram o ajuste passivo, tiveram que enfrentar todo um processo de flexibilização das máquinas, equipamentos e organização industrial, desemprego estrutural, expansão de mercado de trabalho duais, fragmentação e dispersão.

de mão-de-obra, expansão de postos de trabalho precários, novas exigências de qualificação de parcelas da mão-de-obra por meio da educação e por último o treinamento e reciclagem de pessoal.

O enfrentamento das questões tanto presente quanto futuras, é o grande desafio da sociedade brasileira. Ou seja, essas questões passam pela reestruturação dinâmica e não-subordinada do Brasil à economia internacional.

Assinalando alguns pontos desse novo perfil que se apresenta como desafio futuro e mesmo presente podemos entender que, os desajustes causados pela exclusão social de parcelas crescentes da população emergem como o mais grave problema. Esse descompasso não decorre apenas da orientação assumida pelo progresso tecnológico, pois refletem a incorporação indireta ao sistema produtivo da mão-de-obra mal remunerada.

Os novos desafios, portanto, são de caráter social, e não basicamente econômico como ocorreu na fase anterior ao desenvolvimento capitalista brasileiro.

3. DESIGUALDADE RACIAL X MERCADO DE TRABALHO

3.1 INÍCIO DE UM QUESTIONAMENTO

São vários os recortes de estudos feitos sobre a questão racial no Brasil, existem alguns que tem a seguinte concepção:

"No Brasil, não há discriminação de raça, conseqüentemente, vivemos uma democracia racial, isto porque, num determinado período da história brasileira, propagou-se a idéia de que negros e brancos conviviam de forma harmoniosa no seio da sociedade.

Nos anos trinta, uma segunda corrente, desenvolveu a idéia de que, havia um vínculo entre a questão racial e a questão de classe, por conseguinte, o preconceito que era estimulado entre pretos e pardos em relação ao branco, advia-se pelo fato, desse dois segmentos raciais (pretos e pardos) encontrarem-se numa classe social mais baixa e, não pelo fato de sua pele ser mais escura.

A partir da década de 50, uma terceira corrente, passa a admitir, que a raça é elemento preponderante na alocação das pessoas tanto na estrutura de classe quanto no sistema de estratificação social.¹

A nossa discussão, segue a terceira corrente, devido ao fato desta, se utilizar de conceitos técnicos mais próxima da realidade acadêmica.

¹ Ver Peggy A. Lovell - Raça, Classe, gênero e discriminação.

O objeto de nosso estudo passa portanto, pela análise do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador por cor², tomando como base num primeiro momento, a PNAD* de 1989. Visto que o grau de confiabilidade dos dados da PNAD é que nos permitirá, fazer comentários seguros sobre a questão racial no mercado de trabalho metropolitano.

² Do ponto de vista da PNAD, pode-se considerar as seguintes alternativas para estudos raciais: "características de cor: branca, preta e parda (inserindo também as pessoas que se declaram mulatos, índios, caboclos mamelucos ou cafusos), de este diagnóstico utilizou apenas os dados de 1989.

* Segundo o Capítulo II dos planos de amostragens da PNAD página 33 tiramos a seguinte consideração: "A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD - é realizada através de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágio de seleção: unidades primárias - municípios; unidades secundárias - setores censitários; unidades terciárias - unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

3.2 UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Será exposta doravante, alguns autores que identificam-se com a terceira corrente, visto que estes autores analisam o modo de produção capitalista, na forma como é reproduzida as desigualdades raciais dentro do mercado de trabalho, tendo como base, os dados agregados.

Para o professor FLORESTAN FERNANDES, o desenvolvimento capitalista brasileiro aprofundou mais ainda as desigualdade racial:

“No entanto, até agora nem a aceleração da mudança social nem o auge da revolução burguesa, vistas nas condições presentes no Brasil, ajudaram a quebrar os padrões preexistentes de desigualdade racial ou impediram que eles se superpusessem às estruturas da sociedade de classes. (...) Por enquanto, o que aconteceu nos últimos anos evidencia o oposto: a incorporação de padrões e estruturas arcaicas em uma sociedade de classe em formação.” (FERNANDES, 1979, p. 82.)

Analisando a “incorporação hierárquica”¹ de classe, OCTÁVIO IANNI diz o seguinte:

“na passagem para o capitalismo industrial modificam-se as relações de produção e, ao mesmo tempo, as condições de organização social das pessoas, grupos e classes sociais. Mas não se equalizam todos os trabalhadores, como pessoa ou cidadão da mesma classe, no mercado de força de trabalho.” (IANNI, 1978 p.122.)

¹ Ver a respeito em Arrujo Costa, 1974

No seu livro: *Discriminação racial no Brasil*, HASEMBELG, adota a seguinte postura: "a raça, como atributo socialmente elaborado, está relacionada principalmente ao aspecto subordinado a reprodução das classes sociais, isto é, a reprodução (formação-qualificação-subordinação) e distribuição de agentes." (HASEMBELG, 1980 p.117.)

Neste trecho da análise do autor, a raça, age como fator preponderante na alocação das pessoas e dos grupos na estrutura de classe, como também na sua estratificação.

O mesmo autor ainda identifica como causa da desigualdade racial no mercado de trabalho, a falta de oportunidades econômicas e educacionais. Este elementos dificultaram o acesso do negro ao mercado de trabalho. (HASEMBELG, 1980 p. 26.)

SILVA, ao selecionar a variável cor, vai mostrar que o processo de estratificação da sociedade brasileira, passa por um viés que é a desigualdade racial. Desta modo a busca por melhores cargos na estruturas social, é confrontado pelas desvantagens dos grupos raciais

O autor nos dá a seguinte percepção: "negros e mulatos sofrem desvantagens geradas por atitudes discriminatórias, desvantagens que se acumulam na geração de chances de vida profundamente inferiores àquelas desfrutadas por brancos" (SILVA, 1983 p. 163.)

Ainda em relação ao que SILVA analisou, temos que investimento em educação para os não-brancos disfarça os obstáculos ao acesso a estrutura hierárquica do mercado de trabalho, visto que a taxa de retorno nesse investimento é maior para os brancos.

Um outro aspecto que pode ser salientado - é sobre a questão que relaciona trabalho com salário. Do ponto de vista da análise de (M. CHAIA 1988), a mobilidade

profissional e social de pretos e pardos, foram dificultadas com o trabalho assalariado. Porque restringiu o dinamismo desses grupos na sociedade. Devido o fato que a cor funciona como um estigma seletivo para inserção no mercado de trabalho.

Ainda com base na análise de (M. CHAIA 1988), pertencem aos negros, maiores taxas de desemprego; mais do que isto, os negros encontram-se em situação de menor remuneração e qualificação nos setores do mercado de trabalho. Também pertence a esse grupo - o menor nível de instrução e, a jornada de trabalho são mais extensas. Por fim, o autor demonstra que, recursos financeiros destinados as famílias negras são menores do que os das famílias brancas.

4 MERCADO DE TRABALHO: UMA BREVE DISCUSSÃO

Nos dias atuais, as sociedades modernas deparam-se com dois problemas: um que diz respeito a capacidade individual de trabalho, sendo que esta capacidade de trabalho necessita passar por diversas fases de produção. Um outro problema, está subordinado a resultante desse trabalho, que deve necessariamente ser revertido aqueles que de uma forma direta e efetiva produzem, e aos que "legitimamente" trabalham (sejam através dos orçamentos privados, sejam através dos orçamentos públicos).

O duplo problema exposto anteriormente, foi solucionado na medida em que, se criou no sistema de economia de mercado um "mercado" para locar essa "mercadoria", ou seja, a força de trabalho. Surgindo assim uma força de trabalho monetarizada "trabalho assalariado". desta forma, criaram-se elementos tais como, atribuições normativas, compulsórias ou baseadas na propriedade, impondo parâmetros para a utilização da força de trabalho (trabalho assalariado "livre"). (MARX 1982).

Segundo WEBER, a ausência de propriedade, faz com que o mercado de trabalho assumira um caráter institucional. O trabalho desta forma, não pode está subordinado a um proprietário como um objeto, como também não pode dispor de uma propriedade. Pois, só assim é que se pode garantir a existência autônoma fora do mercado de trabalho. (WEBER 1977).

Com base nos dois autores, percebemos o que impera nas pesquisas de história, de antropologia e na sociologia econômica, é a idéia da existência de uma institucionalização

de um determinado mercado de trabalho, sendo que este mercado solucionaria o questionamento dos dois autores. Porque seria a representação central e característica singular dos sistemas capitalistas de economia de mercado. Para MARX, o progresso técnico, impulsionaria não só a liberação do trabalho, como também a absorção desse mesmo trabalho. Desta forma, o pleno emprego passaria a depender da combinação dos dois movimentos antagônicos, originando assim um caráter cíclico.

Do ponto de vista da economia tradicional, era impossível que o sistema de economia de mercado apresentasse alguma disfunção no seu processo produtivo. Visto que para esta teoria, o desemprego e a crise de mercado não existiria, dado que - os mecanismos corretivos e espontâneos dos preços, dos juros e dos salários, garantiriam o desemprego involuntário.

Portanto, os mecanismos de funcionamento, agiriam de tal forma que os trabalhadores seriam absorvidos pelo mercado de trabalho, na medida que estivessem dispostos a exercer uma atividade remunerada, com um salário compatível a função e a sua produtividade marginal.

Pelo exposto anteriormente, o mercado de trabalho, do ponto de vista dos modelos clássico e mesmo neoclássico, aceitava a idéia de um mercado competitivo, do qual o duplo problema de alocação era resolvido de forma eficiente e/ou justa. Percebendo-se que, tais situações são elementos circunstanciais, inerentes ao sistema capitalista, ou mesmo da própria lógica do mercado de trabalho. Posto que, tais circunstâncias dificultam e bloqueiam a alocação da capacidade de trabalho compatível com o mercado. Neste sentido,

podemos perceber a existência de causas atuantes no mercado de trabalho; como por exemplo:

- A natureza da mercadoria transacionada no mercado de trabalho; limita a força de trabalho, isto porque, a força de trabalho atua como uma mercadoria única, ou seja, sempre refutando no desenrolar do mercado de trabalho.

- As formas estratégicas assumidas pelos os autores no mercado de trabalho, como também pelo Estado, conduzem ao "fechamento" do mercado de trabalho, à sua centralização e controles dos preços, logo à irrelevância do modelo competitivo.

- Por fim, mudanças históricas nos parâmetros econômicos, político e culturais do mercado de trabalho evidenciado desde os meados dos anos de 1970, os quais puseram em questão se em um futuro possível, surgiria ou mesmo poderia ser criadas condições diversas para distribuição da capacidade social do trabalho por meio de mecanismos de mercado.

4.1 O PROCESSO CAPITALISTA BRASILEIRO

O processo capitalista brasileiro é entendido sobre a ótica de um capitalismo tardio, de uma economia periférica, que passou por diversas fases. Porém, para uma breve análise, será preciso ser travada, pra que possamos entender, que num primeiro momento o capitalismo brasileiro foi gerado devido à grandes transformações; num segundo momento houve uma profunda concentração de capital em termos empresariais modernos. Por conseguinte, houve um grande excedente na mão-de-obra - sendo mantido, devido ao mercado de pequenas produção de bens e serviços, centralizado em formas não-capitalistas de produção, vinculado ao sistema capitalista organizado. (FARIA 1986).

A estrutura produtiva dos anos cinquenta é marcado de forma impar, na medida que a produção de bens de capitais, insumos básicos e bens de consumo duráveis, passam a ser dinamizada na economia brasileira. Provocando um sensível avanço no setor terciário, decorrendo assim, um substancial desenvolvimento na indústria pesada

Desta forma, serviços como do comércio, dos transportes, das comunicações, as intermediações financeiras, setor de energia etc., sofreram um substancial apoio na produção. Uma vez que, o governo, passa a ser o responsável direto nos investimentos de infra-estrutura - verificou-se a consolidação do eixo dinâmico da economia nas atividades urbanas - devido o processo industrial. (KOWARICK 1975).

A politico econômica, primava pela ampliação do capital urbano-industrial. Estado, tomará uma série de medidas, no sentido de dar andamento-andamento a essa idéia, como

por exemplo: a legislação sindical brasileiro - que originou uma estrutura sindical corporativista e sem autonomia. Coube também ao Estado, a expansão e concentração do sistema por meio de investimentos nos transportes, em energia elétrica e insumos básicos, beneficiando, determinadas regiões e estados. Do ponto de vista da força de trabalho, o Estado, fora incapaz de criar condições necessárias para que houvesse uma inserção substancial dos novos trabalhadores nas atividades produtivas.

Esta discussão, ocorre não âmbito do volume do trabalho gerado da economia, como também na qualidade das transformações ocorridas, por conseguinte estes pontos passam a corresponder aos padrões ocupacionais da força de trabalho, isto se for levado em conta a marginalidade social - a "marginalidade" é aqui entendida como sendo, inerente ao processo de desenvolvimento capitalista dependente, implicando de forma direta na indústria brasileira, a qual a dependência financeira e tecnológica eram muito forte.

A exclusão da força de trabalho, aprofunda-se à medida que o capitalismo brasileiro avança no seu desenvolvimento. Enfoque outros como (FARIA, 1976 e 1986) aceitam a idéia da total dependência tecnológica e financeira quando se refere ao grande capital estrangeiro e multinacional. Contudo, este mesmo autor, considera que o setor secundário conseguiu gerar empregos em proporções favoráveis a mão-de-obra emergente, na medida que processavam-se o avanço e a concentração capitalista no Brasil na década de 60.

Neste sentido, urge a necessidade de analisar a heterogeneidade interna do setor secundário, aqui composto pela indústria dinâmica, tradicional e construção civil, como também o setor secundário, que é por sua vez ligada a modernização da economia industrial-urbana, formado no início do desenvolvimento capitalistas brasileiro, como por

exemplo: os "serviços de produção" (comércio de valores, imóveis, créditos, transportes, comunicações, serviços técnicos, etc.) - como também serviços de "consumo pessoal", estando também incluso os serviços domésticos remunerados, assim como as prestações de serviços que é a base da absorção de trabalhadores "marginais". (CARDOSO, REYNA 1967; OLIVEIRA 1981, KOWARICK 1975)

Percebe-se na verdade, que o setor de atividades guarda em si, uma profunda importância no que se refere a inserção da força de trabalho no mercado de trabalho segmentado. Assim, as transformações na estrutura ocupacional da produção, assumiu uma profunda importância nas alterações ocasionadas na demanda ocupacional manual e não-manual.

Entendemos que as ocupações que estão relacionadas de uma forma direta com processo produtivo industrial, conseguem ser mais significativas do que as ocupações das indústrias de transformação e construção civil. As ocupações manuais e as ocupações de prestação de serviços, encontram-se os trabalhadores domésticos remunerados e outros com baixa qualificação e rendimento.

O avanço das ocupações não-manuais, técnico e científicas e administrativas, na estrutura ocupacional brasileira, decorre das mudanças tecnológicas e organizacionais intra-setores; uma vez que os padrões organizacionais modernos, induzem para a demanda de equipamento, planejamento e controle - criando também uma variedade de ocupações administrativa de nível médio.

Este fenômeno se processa no momento em que se amplia e se diversifica as esferas administrativa da ordem - Federal, Estadual e a Municipal. Assim como os serviços sociais

públicos - como é o caso da educação e da saúde, e o fortalecimento do setor produtivo e financeiro, dos investimentos de infra-estrutura que tinha por objetivo, atender às novas necessidades da produção, visto que a intervenção do Estado nesse sentido, fora fundamental para o processo capitalista da época. (OLIVEIRA, 1987). Enfim, o processo de industrialização brasileira, não necessariamente vai contemplar as classes trabalhadoras de forma equânime.

4.2 BAHIA: UM MERCADO HISTORICAMENTE DESIGUAL

A cidade de Salvador, a partir dos anos quarenta é marcada pelo surgimento das primeiras imigrações. Subseqüentemente, os anos cinquenta, marcam os primeiros sinais de uma industrialização de ponta - isto seria o início da modificação da vida urbana da Bahia. Tanto no que se refere as estruturas econômicas, quanto nas relações profissionais. No amplo processo de redefinição das posições sociais, e de recomposição da estrutura social, que ocorreu a partir de então, se redefiniu também, a posição dos negros na cidade de Salvador. (GUIMARÃES 1987)

O desenvolvimento de um progressivo sistema industrial localizado em um determinado espaço perimetro-urbano (Petrobras, o Centro Industrial de Aratu e o Complexo Petroquímico de Camaçari). Consolidaram um processo de mudanças econômicas e sociais na Região Metropolitana de Salvador

Ao analisarmos o Estado, veremos que houve inversões nos dados gerais da economia baiana. Essa mudança é mais sentida principalmente na produção rural (cacaú, gado e algodão); e secundariamente na indústria (sobretudo alimentícia e têxtil) - uma economia de um complexo industrial ditos "dinâmicos" (petrolíferas, química, metalúrgicas, químicas-testeis, plásticos, etc.).

Os impactos dessa nova indústria, terá como causa imediata a re-estruturação da função comercial da cidade, ensejando também um considerável desenvolvimento da indústria da construção civil - fosse habitacional, fosse nas edificações das novas estruturas

industriais e urbanas. Não é sem razão alguma, que houve uma ampliação dos setores bancários, de comunicações, de administração e de serviços públicos, todos no sentido de atender as necessidades decorrentes do crescimento industrial e demográfico da cidade.

Neste sentido, as mudanças nas estruturas econômicas e urbanas, provocaram um aumento global da participação dos negros no mercado de trabalho, nos períodos compreendidos entre 1950 à 1980. Entretanto, esse aumento registrado em alguns setores (administração pública, comércio de mercadoria, atividades sociais), demonstram mesmo assim que os negros exercem funções geralmente subalternas e sem muita progressão sócio-econômica. (BAIRROS 1988).

Objetivava (BAIRROS 1988), explicar a discriminação contra os negros no mercado de trabalho existente na Bahia. Ressaltando a idéia que, a Bahia era um caso ímpar no Brasil, devido a uma população de um percentual de 78% de negros, isto segundo o Censo Demográfico de 1980, contra um percentual de 44% do resto do país. Também pelo fato da Bahia, ter passado por um processo de desenvolvimento capitalista bem próprio.

Segundo os dados do Censo Demográfico de 1950 e 1980, BAIRROS salientava o seguinte: "o mito da inferioridade do negro traz vantagens para ampla população branca, que se beneficiam, material ou simbolicamente, da inclusão ou inserção subordinada do negro na estrutura ocupacional" (BAIRROS, 1988 p. 44). Na sua pesquisa residia também a constatação de que, nem sempre o fato de haver um aumento de escolaridade e de especialização para o trabalhador negro, eram condições únicas de melhores oportunidades para competir com os brancos.

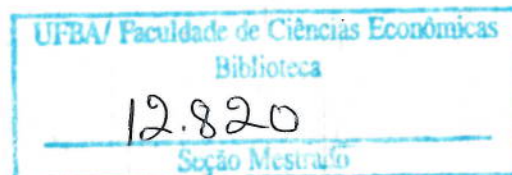
Comparando seus dados com os de (OLIVEIRA 1985), Bairros mais uma vez demonstrara que a Bahia é um caso particular em relação ao resto do país. Por exemplo, as diferenças dos rendimentos entre brancos e negros nos serviços classificados como não-mauais é maior na Bahia.

Nas atividades manuais urbanas, o negro, aproxima-se mais do branco, logo nos níveis mais altos a discriminação consegue ser maior. Afirmado ainda que "é bem provável que" na Bahia "as expectativas de ascensão do negro na educação encontrem menos respostas do que no resto do país" (BAIRROS, 1988 p. 44).

Os dados de (BAIRROS 1988), indicam ainda que para os pardos "ha um padrão de inserção na força de trabalho muito mais próximo aos dos pretos do que dos brancos", com efeito podemos perceber que : "o processo de branqueamento, na mestiçagem, proporcionam vantagens mais simbólicas que materiais para um amplo contingente da população negra" (BAIRROS, 1988 p. 69).

Desta forma, a autora, demonstra a existência de diferenças existente nos rendimentos entre pretos e pardos e pardos e brancos. " No que se refere à participação de diferentes ramos de atividades, observamos que a posição dos pardos é relativamente menor que a dos pretos, nos ramos de maior importância entre os brancos. É o que o corte no comércio de mercadorias, nas atividades sociais, na administração pública no comércio de imóveis e valores imobiliários." (BAIRROS, 1988 p. 69).

De tudo que fora exposto anteriormente, percebemos que, o mercado de trabalho baiano, funciona numa ótica histórica bem própria, mesmo tendo avançado no processo de



industrialização. As relações de domínio no que tangem o mercado de trabalho baiano, ainda é profundamente desigual.

4.3 ANALISANDO OS DADOS

As estatísticas do IBGE do ano de 1989, demonstram que as condições sócio-econômicas dos mais diversos setores da população era cada vez pior - particularizando o caso dos assalariados, tanto fosse negro quanto fosse branco. Contudo, as estatísticas do IBGE, revelam que a população negra é a mais atingida, devido a precariedade que se abate sobre sobre esta população, em relação a população branca.

Em 1989 a população residente⁴ estimada na Bahia era de 11.574.509 milhões, sendo que as mulheres tinha um percentual de (50,58%), para um percentual masculino de (49,42%). A cor predominante da população era a parda (categoria que, segundo o IBGE, compunha os mestiços, cafuzos, índios e "todas as nuances de cor que existem entre o tipo europeu e o tipo africana", conseqüentemente, a cor parda representa os mulatos, mamelucos e cafuzos), com um percentual de aproximadamente de 67%. Adicionados aos 9% aos de cor preta; predomina-se portanto a população negra, que são classificado censitariamente com a cor preto e parda - perfazendo um total de 76%.

Confirmando, a hipótese prevalecte em todo país, uma grande parcela da população baiana é jovem, mais ou menos 47% tem até 17 anos, sendo um pouco mais de um quarto (26%) de todo o percentual são de crianças de no máximo 9 anos.

⁴ Segundo a PNAD de 1989, "a população residente é composta pelas pessoas moradoras presentes (...) e pelas pessoas moradoras ausentes (...) e que, na data referente, estavam ausente temporariamente por período superior a 12 meses, em relação aquela data" (p. XIX).

Conforme as informações relacionadas com o mercado de trabalho contidas na PNAD de 1989, selecionamos aqueles que dizem respeito a taxa de participação⁵ segundo idade - Tabela 1(ver anexo desta e demais), e os anos de estudo - tabela 2, ramos que compõem o mercado de trabalho - tabela 3; a classe de rendimentos médio mensal - tabela 4.

⁵ Será aqui considerada taxa de participação, inclusive a chamada taxa de atividade, a resultante da divisão das pessoas economicamente ativas de 10 anos e mais pelo total da população de 10 anos e mais.

4.3.1 Taxa de participação na PEA segundo a idade

A tabela 1 mostra-nos as pessoas de 10 anos ou mais de idade na PEA, segundo anos de estudos, a cor e o sexo. Nesta tabela existe um percentual de (32%) dos indivíduos com um tempo inferior a um ano sem instrução. O nível de escolaridade é muito precário na Bahia, segundo os dados da PNAD 1989, coube aos homens, um nível bem menor de escolaridade do que o registrados pelas mulheres. Do grupo dos que possuem 9 anos de estudo - um percentual aproximado de 13% total, há uma parcela de participação bem menor.

A medida que é observado a distribuição da população de 10 anos em diante, do ponto de vista da cor e do ano de estudo, o percentual da população branca é da ordem de 20%, enquanto que o percentual de 11% é representado para os pardos. Tendo por fim um percentual de 7% para os de cor preta.

Os dados procuram conduzir-nos a idéia de que, o aumento de estudo é fator decisivo na participação do mercado de trabalho, sendo mais perceptível no caso das mulheres do que dos homens. Ao incluir-mos a variável cor, há uma predominância dos brancos, com taxas maiores, seguidos dos pardos e por fim dos de cor preta.

4.3.2 Participação na PEA segundo tempo de estudo

Na tabela 2 estão agrupada pessoas com mais de 10 anos de idade ou mais, segundo os grupos de idade, a cor e o sexo. Dos 4,654.822 ou 55% compunham a População Economicamente Ativa (PEA). Para um percentual de 74% dos homens na PEA, haviam um percentual de 36% para as mulheres, demonstrando com isso, a profunda disparidade na participação de homens e mulheres no mercado de trabalho.

A participação masculina seja como empregado, seja como desempregado e sempre maior do que a das mulheres. Segundo os dados, temos que 16% da PEA masculina, encontra-se na faixa etária dos 10 a 17 anos, para uma participação feminina de 13% grupo economicamente ativo.

Os anos de estudos, será um destaque feito no sentido de demonstrar que, a educação determinará a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho (tabela 2). Destacando a diferenciação existente entre os que possuem instrução, ou ainda os que possuem menos de 1 ano de estudo, isto do ponto de vista da cor.

De uma forma desproporcional, os dados demonstram que 25% dos brancos encontram-se numa posição, economicamente ativa, melhor do que os pardos, sendo apresentado num percentual de 31% para os pardos, já os de cor preta tem um menor percentual na PEA 41% na posição economicamente ativa.

Mais uma vez contata-se a disproporcionalidade dos dados para a faixa etária quando: os que detêm 9 ou mais anos de estudos, são os indivíduos da população branca.

perfazendo um total de 27%, para a população economicamente ativa. Contrastantemente registra-se um percentual de 15% para os indivíduos de cor pardos, enquanto para os pretos tem um percentual 10% segundo a sua população economicamente ativa.

Referindo-se aos não economicamente ativos, ou seja os inativos de qualquer natureza, aprofunda-se ainda mais as desigualdades, pondo em destaque, o percentual da população negra com mais de 9 anos de estudo registrando apenas 4%.

4.3.3 A composição do mercado de trabalho

Na tabela três, existe uma profunda desigualdade na distribuição dos indivíduos na composição da força de trabalho baiano.

Começamos a entender que, a composição do emprego estadual é arcaico, uma vez que a sua força de trabalho concentra-se de uma forma expressiva no setor agrícola, perfazendo-se um percentual de aproximado de 40%; esse é um indicativo forte na composição do emprego estadual, neste setor, mantém relações informais bem profundas. Dado que há uma ausência de direitos legitimados pelo Estado, podendo ser citado: uma estrutura produtiva frazilizada, com baixas produtividade, com uma significativa parcela da produção agropecuária do Estado.

A indústria de transformação é que representa a maior força nas relações formais, porque os rendimentos salariais são maiores, assim como o grau de cobertura da legislação trabalhista, urge aqui, a necessidade de se observar o percentual de um pouco mais de 6%.

A participação da cor e do sexo neste setor é caracterizado pela baixa participação feminina. No Comércio de Mercadorias e no Social, aproxima-se para uma realidade muito própria, no sentido de se constatar que, a participação das mulheres de cor preta é significativamente maior, do que as mulheres de cor parda e de cor branca.

Já na prestação de serviços há uma inversão, no que tange a participação da mulher de cor preta, porque há um percentual de 49% para domésticas referente para ao estrato de

indivíduos, enquanto que um percentual de 31% é representado para as mulheres pardas, e apenas um percentual de 16% é para as mulheres brancas.

Sintetizando, os dados quanto a distribuição das pessoas ocupadas na estrutural setorial de emprego, demonstra o predomínio do setor primário. Isto não invalida dizer que, a proporção de mulheres no setor terciário é superior a dos homens. Mas, os pardos e pretos, apresentam uma maior desvantagem no mercado de trabalho em relação aos brancos, isto se deve ao fato de que, além de concentrarem-se de forma intensiva no setor terciário, estão também alocados nos ramos de atividades de menor qualificação deste setor.

4.3.4 Rendimento segundo a cor

A relevância da carteira de trabalho nesta análise, é importante deve-se ao fato, de ser um indicador do avanço nas relações de trabalho e “segurança” mínima dos direitos trabalhistas, a carteira assinada, torna-se aqui um poderoso instrumento para observações dos dados mencionados.

Na tabela 4, os números de pessoas economicamente ativas segundo a cor, passam extremos bastante opostos, quando verifica-se atividade relacionadas ao mercado de trabalho.

No ano de 1989, período que fora feito esta pesquisa, tinha-se uma disparidade profunda na distribuição dos rendimentos para os indivíduos que estavam empregados; menos de 52% recebiam um salário mínimo, deste, 22% encontravam-se na faixa mínima de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. De forma oposta, os rendimentos mais elevados (mais de 10 salários mínimos), concentravam-se num percentual mínimo de 4% do total dos empregados.

Vale a pena notar que a distribuição dos rendimentos entre os de cor branca era menos desigual, do que o segmento de cor parda e mesmo os de cor preta.

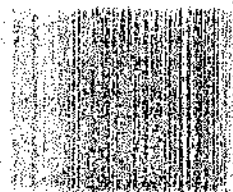
- Agrupados nos indivíduos de carteira assinadas, os de cor branca, tinham rendimentos superiores a 10 salários mínimos - perfazendo um total de 16%.

- Tal percentual, reduz-se para os de cor parda: 5,5%.

- Restando um percentual mínimo para os de cor preta de: 2,5%.

Constatou-se também nesta pesquisa um resultados de forma inversa, uma proporção mais elevada para os de cor preta com rendimentos salariais mais baixos, independente ou não de possuírem carteira assinada.

Em outras palavras, pouco mais da metade da população economicamente ativa baiana ganham até dois salários mínimos (aproximadamente $\frac{1}{4}$ da PEA ganha de um a dois salários mínimos). Mostrando com isso as disparidades entre níveis de rendimentos do ponto de vista da cor.



5 A REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR EM DISCUSSÃO

Ao analisarmos o mercado de trabalho, entendemos que a década de 80, representou um avanço substancial na taxa de atividade da população metropolitana - principalmente porque houve uma entrada quantitativa de mulheres na PEA. Contudo, esta não será uma questão pontual desta seção: o fundamental aqui é demonstrar a crise econômica que marcou a década de 80, como esta desencadeou uma profunda redução nos níveis atividades econômicas

No primeiro ano da década de 80, fora registrada uma redução do PIB. Sendo que para os anos de 1982 e 1983 a crise econômica aprofundou-se. Provocando reduções profundas nos níveis de emprego das Regiões Metropolitanas brasileira

Isto não torna-se uma via de regra, uma vez que os níveis de redução de emprego na RMS só passaram a ser uma realidade a partir de 1983. Com efeito, a segunda metade da década de 70 configura-se como o marco de crescimento econômico desta região, tendo na ampliação do II Pólo Petroquímico do Brasil, em Camaçari, no município da RMS o seu maior expoente. (CASTRO, 1988 e 1990).

A agropecuária que sempre fora o sustento do PIB baiano perdeu espaço para a indústria de transformação - esta representou em 1980 20% da formação do mesmo, ou seja, o dobro registrado em todo o país. A década de oitenta inicia-se por assim dizer sobre o impacto dessas transformações.

Podemos entender que, o Pólo Petroquímico age como um anteparo da recessão para RMS, enquanto que para o restante do país a recessão já era fortemente sentida. A economia da RMS, não só do setor industrial como também dos setores de comércio e de serviços foram beneficiadas com a implantação do Pólo Petroquímico.

Somente em 1984 é que o país começa demonstrar um crescimento econômico, registrando um singelo aumento no nível de emprego sobretudo da região Sudeste. Mas para RMS houve uma inversão no nível de emprego, registrando uma redução no seu índice, mais uma vez a inversão de movimento em relação ao restante do país.

Uma lenta recuperação fará sentir-se a partir do ano de 1985, estendendo-se até 1986. Graças as mudanças da produção industrial moderna voltada para o mercado internacional, auxiliado pelos investimentos públicos que tiveram uma participação elevada nos seus índices.

A partir da segunda metade do ano de 1986 é que, registra-se uma confluência no nível de queda de emprego tanto de local quanto nacional. A RMS, tem nesse período um retardo no crescimento de emprego, dando margem a ampliação de defasagem em relação as tendências nacionais.

O ano de 1987 é marcado pela instabilidade, só demonstrando um aumento no final do período - isto vale tanto a nível local como nacional estendendo-se até o ano de 1988. A partir daí ocorre um período de instabilidade a nível nacional, cujo o impacto fora menos sentido na RMS, sendo mais prevalente a tendência a uma estabilização.

O fim da década de 80 registrou uma tendência nos dois extremos local e nacional do emprego, mas nem o Brasil nem tão pouco a RMS conseguiram repetir o crescimento econômico registrado na década de 70.

5.1 DESEMPREGO E SUBEMPREGO NA RMS

Existem dois momentos que por se explicam os movimentos de instabilidade do emprego na RMS, um é decorrente da instabilidade cíclica do emprego, um outro motivo é o permanente estoque de subempregados que atuam como amortecedor do mercado de trabalho que atuam com uma certa liberdade na conjuntura local.

As caracterizações das situações ocupacionais para a grande Salvador, foram conseguidas graças aos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Na qual resultaram os dados da PED/RMS: Em 1989, segundo esses dados, a RMS detinha um dos maiores índices de desemprego, já registrado em outros períodos. Predomina na RMS, elevadas taxas de desemprego aberto e oculto⁶, tornando-se assim um indicativo do mercado de trabalho.

Visto que na RMS, a população em idade ativa (masculina), desenvolve uma atividade no mercado de trabalho mais cedo, conseqüentemente, o segmento jovem é quem sentirá mais rapidamente o desemprego. Já a taxa de desemprego e participação do segmento feminino é mais diferenciado no mercado de trabalho. Dado que, RMS é alta a taxa de mulheres em idade ativa para trabalhar, ou mesmo que procura emprego. Porém, a taxa de participação de mulheres mais jovem é superior ao dos homens.

⁶ Para a PED é considerado desempregado os indivíduos que se encontram em uma das seguinte situação: (a) desemprego aberto: pessoas que procuram trabalhar de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou nos últimos 12 meses; (b) desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado ou não remunerado, em negócios de parentes.

Do ponto de vista racial, a análise do desemprego RMS assume um aspecto bastante diferenciado. Dado que nesta região, o desemprego atinge com maior intensidade os negros, porque o contingente de pardos e pretos são mais elevados. (Sead/Dieese, 1990, p. B3).

Esta análise representa um aspecto importante nas nossas discussões. Os padrões de ingresso, permanência e saída dos pretos, pardos e brancos do mercado de trabalho da RMS, serão interpretados através das taxas de participação, desemprego e ocupação dos diferentes segmentos raciais.

5.2. DÉCADA DE 80: PERDIDA PARA QUEM?

Do exposto anteriormente, percebemos que, a RMS conserva altas taxas de desemprego, isto deve-se ao fato de que há uma predominância de negros (pretos e pardos) na sua força de trabalho. De acordo com a PED, a cor dos entrevistados demonstra que a presença média de 16,7% de brancos e amarelos, 40,6% de pretos e 41% de pardos, constituindo assim 81,6% a soma da população economicamente ativa dos negros (pretos e pardos).⁷

Com efeito, será importante ressaltar as taxas de participação, ocupação e desemprego (TP, TO e TD), de modo que venhamos a entender as nuances que envolvem cada grupo racial. Porque, vamos analisar os efeitos estratégicos e, ocupacionais dos grupos raciais, num mercado de trabalho, seja ele aberto ou fechado, em uma eterna mudança.

Utilizaremos o período compreendido entre dezembro de 1987 e setembro de 1989, porque procuramos entender em um dado momento conjuntural, os mecanismos que contextualizam a escolha dos indivíduos em meio as oportunidades ocupacionais do momento existente. Logo, a condição racial logo influencia nesta decisão.

⁷ A PED, trabalha com percentuais diferenciados para a cor, em relação aos apresentados pelo Censo e PNAD, esse último resalta mais a predominância de pardos em relação aos pretos. Enquanto o Censo e a PAND geralmente processam as suas estatísticas com base em quesitos de identificação da condição racial que se baseiam na multiclassificação por parte dos entrevistados, a PED, utilizou como estratégia de coleta de dados a classificação do entrevistador.

O primeiro desses períodos está compreendido entre dezembro de 1987 e fevereiro de 1988. Verificando-se que nesse período, é mais baixa participação dos indivíduos (tanto negros quanto brancos) no mercado de trabalho, resultando simultaneamente a queda na ocupação e no desemprego.

O segundo período, compreende março e junho de 1988, expressa a retomada da atividade econômica em que o incremento nas taxas de participação representa um indicador particularmente sensível. O retorno dos indivíduos ao mercado verifica-se tanto pelo aumento da ocupação.

Por fim, entre julho de 1988 e março de 1989, percebe-se um terceiro momento, por refletir a extrema instabilidade e a máxima diversidade no comportamento das taxas de participação de pretos, pardos e brancos.

O período compreendido entre (dezembro de 1987 - fevereiro de 1988), é marcado por um movimento de queda nas taxas de participação. Entendendo desta forma, que as taxas de participação e ocupação diferenciam-se em muito segundo os grupos raciais; entre os pretos, o desemprego é mais acentuado do que a ocupação. Significando dizer que este segmento de trabalhadores encontram-se numa dada situação mais difícil no mercado de trabalho. Entretanto, os brancos e pardos verifica-se uma retração na taxa de desemprego configurando uma estratégia temporária de saída do mercado.

O segundo período (março a julho de 1988), é marcado pelo crescimento generalizado das taxas de participação de pretos, pardos e brancos. Essa pressão dos indivíduos para serem incorporados na PEA, representa dois momentos bem distintos, um é a elevada taxa de ocupação, conseqüentemente uma elevada taxa de desocupação. Os

pretos, diferentemente dos brancos, apresentam um incremento mais significativo na sua ocupação.

Um terceiro período selecionado (julho de 1988 a março de 1989) indica que pretos, pardos e brancos sofrem momentos diferenciados no mercado de trabalho. Dando entender que pretos, pardos e brancos, movem-se em mercados de trabalho específicos. É como se os três segmentos raciais, comportassem com uma lógica muito própria em um dado mercado de trabalho específico.

Da análise do terceiro período, percebemos que as taxas de participação variam e se diversificam entre os três segmentos raciais. Para os pretos, a taxa de ocupação é bem diversificada no mercado de trabalho, isto porque, o nível de desemprego mantém-se mais elevado, não sendo assim analisado para os pardos e brancos, uma vez que é mais estável o nível de ocupação, se comparado as taxas de desemprego e ocupação dos pretos.

Portanto, os negros (pretos ou pardos), estão sujeitos a padrões de absorção no mercado de trabalho bem diferenciada em relação aos brancos, sejam por tarefas instáveis ou não, sejam qualificadas ou ocupacionais, ou mesmo ainda por estarem num indicados por de desemprego oculto.

5.3 SUBSETORES DOS NÍVEIS DA ECONOMIA SEGUNDO A COR

Até então, as análises aqui realizadas, não deixava transparecer, quais os locais onde, os trabalhadores desempenhavam a sua atividade, isto porque, somente sinalizavam para o tipo de habilidade que estes desempenhavam. Evidentemente, que existem determinados tipos de ocupações específicas para cada segmento de indivíduos, contudo, tal situação não torna-se via de regra.

Trabalhamos neste item, com as diferenciações na alocação dos indivíduos brancos, pretos e pardos na estrutura produtiva da RMS.

Assim identificamos na tabela (8) que: o setor de Serviços, absorve um maior número de indivíduos brancos com um percentual de (58,2%); seguido de um percentual de (55,7%) para os indivíduos de cor preta. Já o setor de Comércio de Mercadoria é representado com um percentual de: (21,7%) para indivíduos de cor branca, enquanto registra-se um percentual de (17,6%) para os indivíduos de cor preta, por fim, percebe-se que há um percentual de (13,8%) para os indivíduos de cor parda. O setor da Construção Civil tinha um percentual (4,8%) para os indivíduos de cor brancos; enquanto que para os indivíduos de cor preta havia percentual de (9,6%), e para os indivíduos de cor parda um percentual de (7,0%). Através dos dados, temos que os indivíduos de cor parda, encontram-se mais próximo dos indivíduos de cor branca. Isto se analisarmos atentamente os percentuais da Construção Civil e o Comércio de Mercadoria.

5.3 ATIVIDADES PRINCIPAIS SEGUNDO A COR

Neste item, as desigualdades raciais no mercado de trabalho, tornam-se mais profunda - devido o fato de que os negros (pretos e pardos), é reservado no mercado de trabalho, qualificações manuais e de menos prestígio no sociedade.

Entre as 10 principais ocupações, as mais significativas são destinadas aos indivíduos de cor branca (45%) do total, conseqüentemente tem-se que, para os indivíduos de cor preta o percentual é na ordem de (67,8%), finalizando para os indivíduos de cor parda um percentual de (52%). Ver tabela (9) em anexo.

Foi verificado que, Vendedor é a principal ocupação dos trabalhadores da RMS, representando quase que a mesma importância para os 3 segmentos étnicos. Os Empregados Domésticos, representam a segunda ocupação mais significativa da RMS, sendo que há um percentual maior de indivíduos pretos (19,3%) e (7,8%) para os indivíduos de cor parda. Além destas duas ocupações, segundo os dados da tabela (9), atividades como Serventes, Faxineiros, Lixeiros, Lavadeiras e Passadeiras, Trabalhadores Braçais, sem especificação e Vigias, representam uma população bem maior de negros (pretos e pardos), do que a população de indivíduos de cor branca.

De forma análoga, podemos constatar que ocupações do tipo Professor do 1º grau, Empresários no Comércio, Engenheiros e Arquitetos, Diretores e Técnico em Educação e Secretárias, representam uma importância maior a nível de mercado para os indivíduos de cor branca, do que para os indivíduos de cor preta e parda. Com efeito, das 10 principais

ocupações, 5 é mais significativa para os brancos, sendo que esta análise pode ser entendida da forma contrária, se verificarmos de forma atenta que, as principais ocupações não fazem parte da realidade do segmento negro (pretos e pardos).

Concluindo, esses dados na verdade, servem para reinterar a nossa análise, uma vez que acreditamos na hipótese da estrutura ocupacional da Região Metropolitana de Salvador, para brancos, pretos e pardos serem fortemente segmentada. Logo, acreditamos haver uma forte desigualdades racial no mercado de trabalho desta Região Metropolitana.

6 CONCLUSÃO

A título de conclusão, utilizaremos as características dos dados levantados, visto que representam um forte aliado na análise da mão-de-obra, no sentido de que, tais dados ajudaram a compor um perfil por cor do mercado de trabalho da RMS. Desde já, admitimos que a cor é um elemento importantíssimo para tentar entender a questão da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho soteropolitano.

De fato, os negros (pretos e pardos), no período de 1987 à 1989 representavam 81,6% da população economicamente ativa da Região Metropolitana de Salvador. Contudo, isto não significa estarem estes inseridos em ocupações de melhor remuneração. Mesmo porque, os dados nos revelam as profundas disparidades dos negros em relação aos brancos.

Tivemos oportunidade de perceber que para os negros, no período em destaque, o quanto era difícil o processo de se conseguir estar ocupado, por um outro lado também era danoso o processo de desocupação, ou seja, a sua mobilidade dentro da PEA. Com efeito, para os brancos, tivemos a oportunidade de constatar que era na entrada no mercado de trabalho que, se verifica uma importância maior na participação da PEA. Os pardos, representam o meandro das duas tendências raciais, na medida em que se elevava a taxa de desemprego, havia uma aproximação por assim dizer dos negros; contrariamente, quando se oscilava a taxa de ocupação esse segmento (pardos) aproximam-se dos brancos.

Sintetizando, pode-se entender que a situação de desigualdade raciais registradas no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, era em grande parte decorrentes da não aproximação desse segmento, com as novas mudanças que estão se processando no mercado de trabalho, ou seja, o novo paradigma tecnológico, o que leva a um baixo grau de formalização, ocupação e qualificação dos trabalhadores negros. Esta constatação, está materializada na concentração dos negros nas faixas salariais mais baixas.

Sobre outra circunstância, podemos entender que, a nova conformação do capitalismo, seja ele nacional ou mesmo internacional, representa mais um novo momento de exclusão dos negros no mercado de trabalho. Isto porque, os baixos índices educacionais, que por se só representam uma dificuldade ao conhecimento dos avanços tecnológicos, que estão se processando na esfera global da sociedade, representam mais um novo momento de exclusão da força de trabalho negra.

Esperamos que esta nova provocação sirva de desafio a estudantes futuros desejosos de analisar a questão racial sobre o ponto de vista do mercado de trabalho da RMS, para que possam responder a luz da Ciência Econômica, não só os novos paradigmas, como também o "futuro do mercado de trabalho".

Bibliografia

- BAIROS, Luiza Helena de. Pecados no paraíso racial: o negro na força de trabalho na Bahia, 1950 - 1980. In: Reis, João José. Escravidão e invenção da liberdade - estudo sobre negro no Brasil. São Paulo. Brasiliense, 1987.
- BAIROS, Luiza, BARRETO, Vanda S e CASTRO, Nády A. Negros e brancos em um mercado de trabalho em mudança. Ciências Sociais Hoje. Rio de Janeiro ANPOCS, 1992.
- BUARQUE, Sérgio C. et alli. Teoria do emprego e industrialização tardia: o emprego na teoria e na política e desenvolvimento no Nordeste. Recife: FUNDAJ. SUDENE; massaga, 1987. (Série população e emprego, 20).
- CASTRO, Nády A. e GUIMARÃES, Antônio S. Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho. Estudo Afro-Asiáticos, nº 24, pp. 24 - 60, 1993.
- CANO, W. Reflexão para uma política de resgate de atraso social e produtivo do Brasil na década de 90. Campinas(São Paulo), CEDE/IE/UNICAMP, 1990.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Problemas de mudança social, outra vez ?. Novo Estudo Cebrap, nº 16, dez/1986.
- FARIA, Vilmar E. Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações, A transição incompleta: Brasil desde de 1945. São Paulo , Ed. Paz e Terra, p. 75-93, 1986.
- FERNANDES, Florestan. 25 anos depois o negro na era atual, 2ª ed São Paulo, 1979.
- KON, Anita. A segmentação ocupacional do mercado de trabalho brasileiro em uma abordagem regional. Estudos Econômicos São Paulo, v. 9, nº especial, pp 63-85, 1989, nº especial.
- KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1975.
- LIMA, Ricardo. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, v. 10, nº 1 pp. 217-232, abr., 1980.
- MATTOSO, J. F., M. A. Desenvolvimento excludente, crise econômica e desafios do sindicato brasileiro, São Paulo em Perspectiva, São Paulo, SEDE, v. 4, n. 3/4, 1991.
- MARX, Karl. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 (Coleção os Pensadores).

MARX, Weber. História Econômica Geral. São Paulo, Fundo de Cultura Econômica, 1965.

OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Estudo Cebrap, São Paulo, nº 2, pp 3 - 25, 1972.

OLIVEIRA, Lúcia Elena, PORCARO, Rosa Maria, ARAUJO, Teresa Cristina. O lugar do negro na força de trabalho, Rio de Janeiro, IBGE, 1981.

SILVA, Nelson do Valle. O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição de renda no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, 10 (1): 21-44, 1980.

TABELA 1
 Pessoas de 10 anos ou mais, por cor e sexo, segundo anos de estudo
 Bahia - 1989

| ANOS DE ESTUDO | Pessoas de 10 anos ou mais | | | | | | |
|--------------------------------|----------------------------|----------|------------|----------|---------|---------|----------------------------|
| | Total % | Homens % | Mulheres % | Cor | | | |
| | | | | Branco % | Preto % | Parda % | Amarilla e s/ declaração % |
| TOTAL % | 100 | 49,09 | 50,91 | 23,73 | 9,6 | 66,48 | 0,21 |
| Sem instrução e menos de 1 ano | 32,62 | 39,03 | 31,94 | 27,18 | 42,84 | 33,15 | 23,52 |
| 1 a 2 anos | 18,53 | 20,29 | 16,63 | 16,84 | 17,62 | 19,27 | 14,33 |
| 3 a 4 anos | 19,98 | 20 | 19,95 | 19,93 | 17,21 | 20,43 | 9,23 |
| 5 a 8 anos | 15,91 | 15,18 | 16,61 | 15,58 | 15,1 | 16,14 | 14,55 |
| 9 anos/mais | 12,87 | 11,1 | 14,58 | 20,29 | 7,4 | 10,94 | 38,33 |
| Sem declaração | 0,09 | 0,1 | 0,1 | 0,18 | 0,03 | 0,07 | 0 |

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios IBGE

Tabela 2
 Pessoas de 01 anos ou mais, por sexo e por cor segundo condição de atividade e grupo de idade
 Bahia - 1989

| Condição da Atividade e Grupo de idade | Total | | Pessoas de 10 anos ou mais | | | | |
|--|------------------|------------------|----------------------------|----------------|------------------|-------------------------|--|
| | Homem | Mulher | Branca | Preta | Parda | Amarela e s/ declaração | |
| Total | 8.480.220 | 4.318.577 | 2.032.417 | 814.215 | 5.636.148 | 17.440 | |
| 10 a 17 anos | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | |
| 18 a 24 anos | 27.71 | 26.7 | 24.47 | 26.65 | 29.05 | 18.46 | |
| 25 a 39 anos | 17.3 | 17.52 | 17.19 | 17.4 | 17.35 | 11.97 | |
| 40 ou mais anos | 25.07 | 25.77 | 24.92 | 24.32 | 25.22 | 28.92 | |
| | 29.92 | 29.95 | 33.42 | 31.63 | 28.38 | 40.65 | |
| Economicamente Ativas | 4.654.522 | 1.568.340 | 1.095.365 | 479.948 | 3.059.530 | 8.959 | |
| 10 a 17 anos | 54.89 | 36.62 | 54.89 | 58.95 | 54.28 | 51.37 | |
| 18 a 24 anos | 16.15 | 15.29 | 14.31 | 16.24 | 15.31 | 5.19 | |
| 25 a 39 anos | 20.71 | 21.62 | 20.71 | 21.17 | 20.66 | 12.95 | |
| 40 ou mais anos | 33.55 | 37.67 | 32.34 | 32.26 | 34.16 | 40.92 | |
| | 30.59 | 27.62 | 32.64 | 30.33 | 29.87 | 40.94 | |
| Não Economicamente Ativas | 3.825.698 | 2.750.237 | 937.052 | 334.267 | 2.576.618 | 8.481 | |
| 10 a 17 anos | 45.11 | 63.37 | 45.02 | 41.06 | 45.72 | 46.62 | |
| 18 a 24 anos | 85.16 | 34.34 | 36.86 | 41.59 | 45.38 | 32.48 | |
| 25 a 39 anos | 13.15 | 15.16 | 12.89 | 11.98 | 13.41 | 10.94 | |
| 40 ou mais anos | 14.76 | 19.34 | 15.85 | 12.91 | 14.61 | 16.25 | |
| | 29.08 | 31.16 | 34.38 | 33.52 | 26.60 | 40.33 | |

Fonte: PNAD/IBGE

TABELA 3

Pessoas ocupadas por cor, segundo sexo e ramos de Atividade

Bahia - 1989

| Sexo e Ramos de Atividades | Pessoas Ocupadas | | | | Declaração |
|---------------------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|--------------|
| | Total | Branca | Preta | Parda | |
| Total | 4 470,364 | 1 074,292 | 955 173 | 2 932,172 | 8.727 |
| | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Agrícola | 40 89 | 44 82 | 37 91 | 39 84 | 31 2 |
| Indúst. de Tranf. | 6 37 | 6 69 | 7 91 | 6 44 | 34 23 |
| Indúst. da Construção | 5 58 | 3 1 | 6 9 | 6 28 | 2 66 |
| Outras ativ. Industriais | 1 55 | 1 75 | 1 91 | 1 14 | 0 |
| Comércio de Mercadoria | 10 13 | 10 96 | 8 02 | 10 17 | 5 33 |
| Prestação de Serviço | 15 3 | 10 04 | 21 07 | 16 35 | 10 63 |
| Serviços Aux. da Ativ. Econ. | 2 2 | 2 34 | 3 14 | 2 | 2 08 |
| Transporte e Comunicação Social | 3 14 | 2 79 | 2 57 | 3 37 | 0 |
| Adm. Pública | 4 42 | 9 6 | 5 26 | 6 95 | 10 63 |
| Outras Atividades | 2 35 | 3 2 | 4 73 | 5 24 | 0 |
| | | | | 1 84 | 2 66 |
| MULHERES | 1.502.412 | 394.284 | 165.320 | 938.662 | 4 146 |
| | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Agrícola | 27 35 | 33 28 | 23 62 | 25 49 | 32 85 |
| Indúst. de Tranf. | 4 31 | 3 82 | 6 77 | 4 04 | 11 19 |
| Indúst. da Construção | 0 49 | 0 84 | 0 58 | 0 42 | 0 |
| Outras ativ. Industriais | 0 88 | 0 59 | 0 20 | 0 76 | 0 |
| Comércio de Mercadoria | 11 | 11 53 | 0 27 | 11 66 | 5 0 |
| Prestação de Serviço | 20 85 | 18 53 | 43 3 | 31 54 | 18 78 |
| Serviços Aux. da Ativ. Econ. | 2 3 | 2 88 | 2 1 | 2 16 | 5 8 |
| Transporte e Comunicação Social | 0 6 | 0 53 | 0 96 | 0 56 | 0 |
| Adm. Pública | 10 51 | 21 72 | 10 03 | 17 03 | 22 38 |
| Outras Atividades | 5 28 | 5 87 | 4 44 | 5 21 | 0 |
| | 1 65 | 2 86 | 1 67 | 1 13 | 5 6 |

Trabalho principal, por cor, segundo a carreira
 do empregador e as classes de
 trabalho principal

| Total | Empregados no Trabalho Principal | | | | | | Não Possuem Carreira Assinada | | | | | |
|-------|----------------------------------|-------|--------|---------|---------|--------------------|-------------------------------|---------|---------|---------|-------|--------------------|
| | Amarela e S/Declat | Farda | Branca | Preta | Farda | Amarela e S/Declat | Total | Branca | Preta | Símbola | Preta | Amarela e S/Declat |
| 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| 22,33 | 18,15 | 27,32 | 3,88 | 117,774 | 753,174 | 1,824 | 1,415,568 | 621,931 | 154,050 | 957,784 | 1,841 | 100% |
| 29,48 | 23,72 | 30,74 | 37,31 | 27,05 | 28,33 | 0 | 36,35 | 33,13 | 41,07 | 36,32 | 12,66 | 100% |
| 32,21 | 19,2 | 22,59 | 27,71 | 27,05 | 28,33 | 0 | 32,48 | 31,68 | 29,96 | 33,23 | 25,2 | 100% |
| 8,79 | 10 | 4,45 | 12,53 | 12,16 | 14,1 | 0 | 19,5 | 15,74 | 19,88 | 18,91 | 49,54 | 100% |
| 5,66 | 10,2 | 4,73 | 15,74 | 10,77 | 10,58 | 0 | 4,94 | 7,41 | 4,59 | 4,34 | 0 | 100% |
| 5,21 | 3,75 | 2,66 | 13,51 | 5,09 | 7,75 | 0 | 2,75 | 3,77 | 1,07 | 2,79 | 12,6 | 100% |
| 4,1 | 9,51 | 1,12 | 15,33 | 2,56 | 5,5 | 0 | 2,37 | 4,03 | 1,19 | 2,16 | 0 | 100% |
| 0,4 | 0,4 | 0,88 | 0 | 0,2 | 0 | 0 | 1,23 | 0,3 | 0,24 | 0,94 | 0 | 100% |
| 0,62 | 0,24 | 0,91 | 0,35 | 0,98 | 0,49 | 0 | 0,89 | 0,79 | 1,3 | 0,55 | 0 | 100% |
| | | | | | | | 0,25 | 0,44 | 0,7 | 0,76 | 0 | 100% |

TABELA 5

Região Metropolitana de Salvador - 1989

Índice das Taxas de Participação, Segundo a Cor

| Período | Branco | Preto | Pardo | Total |
|-----------|--------|--------|--------|--------|
| Dez. 1987 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Jan. 1988 | 98,73 | 100,68 | 98,42 | 99,47 |
| Fev. 1988 | 98,79 | 99,31 | 97,37 | 98,42 |
| Mar. 1988 | 101,08 | 102,92 | 98,59 | 100,69 |
| Abr. 1988 | 103,26 | 105,87 | 101,4 | 102,44 |
| Maí. 1988 | 103,44 | 109,98 | 104,72 | 105,08 |
| Jun. 1988 | 103,62 | 110,67 | 105,83 | 105,59 |
| Jul. 1988 | 101,44 | 110,49 | 107 | 104,89 |
| Agt. 1988 | 102,71 | 109,48 | 105,07 | 104,84 |
| Set. 1988 | 101,26 | 106,35 | 103,15 | 101,39 |
| Out. 1988 | 102,71 | 106,54 | 102,27 | 101,57 |
| Nov. 1988 | 101,08 | 108,19 | 103,32 | 101,74 |
| Dez. 1988 | 99,81 | 110,84 | 104,72 | 103,84 |
| Jan. 1989 | 100,18 | 112,73 | 105,6 | 105,08 |
| Fev. 1989 | 101,08 | 115,49 | 104,02 | 105,94 |
| Mar. 1989 | 104,52 | 114,97 | 104,02 | 106,20 |
| Abr. 1989 | 102,17 | 113,42 | 104,02 | 105,76 |
| Maí. 1989 | 99,45 | 107,74 | 102,62 | 102,09 |
| Jun. 1989 | 100,54 | 104,81 | 98,94 | 99,65 |
| Jul. 1989 | 103,44 | 104,47 | 99,64 | 100,17 |
| Agt. 1989 | 102,17 | 105,85 | 100,7 | 100,69 |
| Set. 1989 | 104,18 | 106,54 | 102,27 | 102,27 |

Fonte: Ministério do Trabalho, Cadastro de Empregados e Desempregados (Lei n. 4 923/85)

TABELA 6

Região Metropolitana de Salvador - 1989
 Índice das Taxas de Ocupação, Segundo a Cor

| Período | Branco | Preto | Pardo | Total |
|-----------|--------|--------|--------|--------|
| Dez. 1987 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Jan. 1988 | 99,10 | 101,04 | 99,87 | 100,25 |
| Fev. 1988 | 98,72 | 93,30 | 100,12 | 93,53 |
| Mar. 1988 | 99,91 | 100,57 | 100,16 | 100,28 |
| Abr. 1988 | 100,56 | 103,15 | 100,96 | 100,91 |
| Mai. 1988 | 101,54 | 108,63 | 103,89 | 103,79 |
| Jun. 1988 | 102,27 | 109,90 | 105,80 | 104,54 |
| Jul. 1988 | 100,83 | 109,02 | 107,09 | 104,36 |
| Agt. 1988 | 102,42 | 107,75 | 106,58 | 103,69 |
| Set. 1988 | 102,15 | 105,44 | 105,86 | 102,36 |
| Out. 1988 | 104,11 | 106,18 | 104,97 | 102,78 |
| Nov. 1988 | 103,59 | 105,89 | 105,16 | 102,67 |
| Dez. 1988 | 103,63 | 110,58 | 105,51 | 104,75 |
| Jan. 1989 | 104,59 | 112,91 | 105,64 | 105,93 |
| Fev. 1989 | 104,90 | 114,88 | 103,37 | 106,08 |
| Mar. 1989 | 107,43 | 113,01 | 102,81 | 105,23 |
| Abr. 1989 | 103,88 | 109,68 | 101,93 | 103,28 |
| Mai. 1989 | 102,52 | 105,28 | 102,01 | 101,41 |
| Jun. 1989 | 102,58 | 102,04 | 98,57 | 98,77 |
| Jul. 1989 | 104,94 | 101,88 | 98,09 | 99,33 |
| Agt. 1989 | 104,76 | 103,72 | 101,07 | 100,60 |
| Set. 1989 | 107,08 | 104,50 | 102,79 | 102,13 |

Fonte: Idem

TABELA 7

Região Metropolitana de Salvador - 1988

Índice das Taxas de Desemprego, Segundo a Cor

| Período | Branco | Preto | Pardo | Total |
|-----------|--------|--------|--------|--------|
| Dez. 1987 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Jan. 1988 | 95,89 | 97,84 | 91,48 | 95,55 |
| Fev. 1988 | 98,63 | 98,82 | 84,04 | 92,22 |
| Mar. 1988 | 108,22 | 115,05 | 91,48 | 103,33 |
| Abr. 1988 | 129,54 | 118,27 | 104,29 | 111,11 |
| Mai. 1988 | 116,43 | 116,12 | 110,83 | 112,22 |
| Jun. 1988 | 112,32 | 113,97 | 113,82 | 111,11 |
| Jul. 1988 | 105,47 | 117,20 | 107,44 | 108,88 |
| Agt. 1988 | 104,10 | 118,27 | 98,93 | 104,44 |
| Set. 1988 | 95,89 | 110,75 | 89,36 | 96,66 |
| Out. 1988 | 93,15 | 108,60 | 89,36 | 95,55 |
| Nov. 1988 | 84,93 | 107,52 | 94,68 | 96,66 |
| Dez. 1988 | 75,34 | 110,75 | 101,08 | 98,88 |
| Jan. 1989 | 71,23 | 110,75 | 105,31 | 101,11 |
| Fev. 1989 | 76,71 | 117,20 | 108,51 | 105,55 |
| Mar. 1989 | 84,93 | 124,73 | 110,63 | 112,22 |
| Abr. 1989 | 78,08 | 125,80 | 109,57 | 111,11 |
| Mai. 1989 | 79,45 | 120,43 | 105,31 | 106,60 |
| Jun. 1989 | 87,67 | 119,35 | 101,08 | 104,44 |
| Jul. 1989 | 93,15 | 117,20 | 102,12 | 104,44 |
| Agt. 1989 | 84,93 | 116,12 | 98,93 | 102,22 |
| Set. 1989 | 84,93 | 116,12 | 100,00 | 103,33 |

Fonte: Idem

TABELAS

RMS Out. 89/ Set. 89

| Setores | Branços | Pretos | Pardos | Total |
|-------------|---------|--------|--------|-------|
| Agricultura | 1.2 | 2.2 | 1.3 | 4.7 |
| Indústria | 13.7 | 11.7 | 13.8 | 39.2 |
| C. Civil | 4.8 | 9.6 | 7.0 | 21.4 |
| Comércio | 21.7 | 17.6 | 21.0 | 60.3 |
| Serviços | 58.2 | 57.5 | 55.7 | 171.4 |
| Outros | 0.4 | 1.4 | 1.2 | 3.0 |
| Total | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 300.0 |

Fonte: PED

TABELA 9

Principais Subgrupos Ocupacionais da CBO* Por Cor

RMS Out: 87/Set. 89

| ORDEN | BRANCO | | PRETO | | PARDO | |
|-------|-------------------------------|-------|-------------------------|------|-------------------------------|------|
| | SUBGRUPOS | % | SUBGRUPOS | % | SUBGRUPOS | % |
| 1 | Vend. em Geral | 12,8 | Serv. Fax. Lix. etc | 14 | Vendedoras em Geral | 14,8 |
| 2 | Aux. Adm. em Geral | 6,5 | Vendedores em Geral | 3,8 | Empregados em Geral | 7,8 |
| 3 | Opers. Máq. C. Civil e Trator | 3,8 | Empregados Domést. | 10,3 | Ocupações mal Definidas | 6,8 |
| 4 | Empr. Domes./Ocup. Mal. Def. | 3,4 | Ocup. Mal Definidas | 8,0 | Opers. Máq. C. Civil e Trator | 4,5 |
| 5 | Prof. do primeiro grau | 3,2 | Lavad. e Passadeira | - | Aux. Adm. em Geral | 4,2 |
| 6 | Empresário no Comércio | 3,1 | Trab. Braçais s/ Espec. | 4,4 | Serv. Fax. Lix. etc | 3,9 |
| 7 | Aux. de Contabilidade | 2,5 | Pedreiros | 3,8 | Lavadeiras e Passadeiras | 3,0 |
| 8 | Engenheiro e Arquitetos | 2,2 | Pintores e Ceramistas | 3,2 | Vigias | 2,5 |
| 9 | Diretores e Téc. Educação | 2,1 | Aux. Adm. em Geral | 2,7 | Trab. Braçais s/ Espec. | 2,3 |
| 10 | Secretários | 2,0 | Vigias | 2,5 | Auxiliares Contabilidade | 2,2 |
| | Somatório | 45,00 | Somatório | 67,8 | Somatório | 52,0 |

fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Convênio
 SETRAB/ DIEESE/ SEADE/ SUDENE/ UFBA/ Mib